

JUDICIÁRIO

ACM diz que críticos da

Para senador, Sepúlveda
Pertence não fez
"absolutamente nada"
quando foi presidente do STF

ROSA COSTA
e GÉRSO CAMAROTTI

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), reagiu ontem de forma contundente contra as pessoas que tentam atacá-lo para desmoralizar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar supostas irregularidades do Judiciário. Segundo ele, os que condenam a CPI "querem deixar a situação como está, sem investigar a corrupção e mantendo privilégios inaceitáveis". "E o povo continuará sofrendo as consequências", constatou. O senador garantiu que esse tipo de agressão em vez de silenciá-lo, vai fortalecer seus argumentos em favor da CPI. "Os ataques de nada adiantarão."

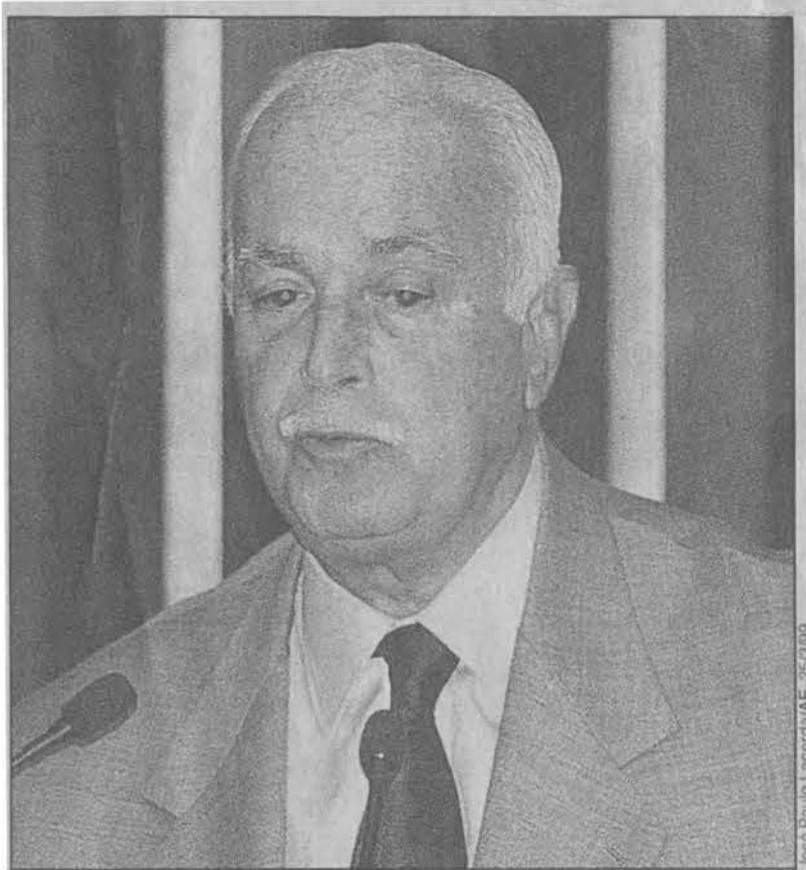
Ao contestar os quatro presidentes de tribunais com sede em São Paulo e o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sepúlveda Pertence, que não aceitam a CPI, ACM reiterou que as sentenças do Judiciário não serão alvo da investigação parlamentar, mas, sim, das inúmeras irregularidades que hoje contribuem para a perda de credibilidade daquele Poder. "Ninguém vai se deter nas sentenças dos juizes", garantiu. "O que queremos é impedir que as irregularidades continuem ofuscando aquele Poder."

Para reforçar sua posição, lembrou que tem sido um dos maiores defensores da emenda constitucional, já aprovada no Senado, que institui o efeito vinculante no País. Pelo mecanismo, os tribunais de primeira instância ficariam obrigados a seguir as decisões dos tribunais superiores em processos semelhantes. A emenda está há mais de um ano na Câmara e nada foi feito para incluí-la na pauta de votação.

O senador foi particularmente duro com Sepúlveda Pertence. Ele questionou o que fez o ministro para moralizar o Poder Judiciário nos dois anos em que ocupou a presidência do STF. A resposta do próprio ACM é que Pertence "não fez absolutamente nada". O presidente do Senado também quer saber por que o ministro não deu nenhuma palavra sobre o ponto do discurso que fez antes de pedir o apoio dos senadores para criar a CPI em que condenou o fato de os grandes escritórios de advocacia contratarem, a peso de ouro, advogado inexperientes cujo mérito é o de ser filho ou parentes de ministros ou juizes de tribunais superiores.

"Ele (Pertence) não deu nenhuma palavra sobre os ministros que têm filhos em grandes escritórios de advocacia", comentou. Outra crítica de ACM é sobre o fato de Pertence ter pedido vista de um complicado processo relacionado a serviço de telefonia e ter demorado "três anos para devolvê-lo, quando sua obrigação era a de devolvê-lo no dia seguinte".

O presidente do Senado lembrou ainda que Pertence foi um dos ministros que, em reunião fechada, apoiou a decisão de elevar o teto dos salários dos magistrados, à revelia do governo e do Con-



ACM: "Querem deixar a situação como está, sem investigar a corrupção"

gresso, como manda a lei.

"Houve gritaria e foi o presidente atual (ministro Celso de Mello) quem teve que contornar a situação." Com relação à posição do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), contrária à CPI, ACM disse que se sentia "inteiramente à vontade para comentar o fato". "Afinal, ele é advogado", ironizou, depois de destacar "os inúmeros méritos do presidente da Câmara". O ministro Sepúlveda Pertence foi procurado pelo Estado, mas não quis responder ao presidente do Senado.

Os líderes retomam, hoje, a conversa nos partidos para indicar os representantes da comissão. A preocupação de cada um deles é a de não criar atritos, já que a maior parte dos senadores têm interesse em participar das investigações. A CPI terá 11 titulares e 6 suplentes.

Amanhã, o presidente do Senado – que hoje permanece no Estado para participar dos festejos dos 450 anos de Salvador – conversará com o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA) sobre a sua decisão de condicionar o apoio à CPI que investigará o Poder Judiciário à que pretende "recriar" para investigar o sistema financeiro. ACM previu que ele e Jader chegarão "ao melhor caminho no trato da questão".

Os trabalhos da comissão começarão depois da Semana Santa. Os integrantes da comissão devem, em princípio, restringir as investigações às denúncias mais sérias. Serão chamados para depor as pessoas envolvidas e paralelamente serão investigadas provas por meio de quebra de sigilo de chamadas telefônicas e das contas bancárias.

Enquanto isso, os deputados vão procurar avançar com a reforma do Judiciário, mas a possibilidade disso ocorrer é remota, já que todas as atenções estarão concentradas nas investigações do Senado. Essa reforma chegou à Câmara há quase cinco anos, com as que propunham mudanças na Previdência na administração pública – já aprovadas, e no sistema tributário do País. Mas foram inúteis os esforços do relator Jairo Carneiro para levá-la adiante. Nem o gover-

no nem seus aliados demonstraram interesse em incluí-la na pauta de votação. A situação só mudou depois que ACM anunciou que proporia a CPI do Judiciário.

Dedo sujo – A exemplo do senador Roberto Freire (PPS-PE), o ex-ministro da Fazenda e candidato derrotado a Presidência da República, Ciro Gomes (PPS), fez duras críticas a criação da CPI do Judiciário. "O senhor Antonio Carlos não tem autoridade moral para criar esta CPI; afinal para uma pessoa que tem o dedo sujo pode apontar a sujeira dos outros?", atacou Ciro.

Para Ciro, é preciso fazer uma Reforma do Judiciário, mas não uma CPI, o que para ele acabaria desmoralizando a Poder. "Vamos aperfeiçoar o Judiciário", sugeriu. Segundo ele, o objetivo de ACM ao criar esta CPI é desviar a opinião pública do desgoverno que o País está passando. "O senador Antonio Carlos quer passar em branco a impopularidade do presidente Fernando Henrique e a sua própria responsabilidade sobre este governo", analisou.

O ex-ministro da Fazenda aposta que a CPI do Judiciário não vai ocorrer apesar das 54 assinaturas. "Será mais enganação", avaliou Ciro. Para ele, depois que o PMDB condicionou a instalação desta comissão com a criação de outras duas CPIs – a do sistema financeiro e das empreiteiras – o projeto de ACM ficou inviabilizado. "Esse governo não aguenta investigar bancos e empreiteiras, inclusive nas Ilhas Cayman", acusou Ciro, fazendo uma referência a uma suposta conta de ACM no paraíso fiscal.

CPI defendem privilégio